



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10665.720120/2012-17  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 3201-003.240 – 2<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 26 de outubro de 2017  
**Matéria** IPI  
**Recorrente** FERDIL PRODUTOS METALÚRGICOS LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI**

Período de apuração: 01/01/2007 a 31/12/2007, 01/08/2009 a 31/10/2009  
01/04/2010 a 31/08/2010

**EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO IPI.  
IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE AMPARO LEGAL. PARECER  
NORMATIVO CST Nº 39/1970. SÚMULA CARF Nº 2.**

Não é possível a exclusão da parcela do ICMS da base de cálculo do IPI, por ausência de amparo legal. Sentido do Parecer Normativo CST nº 39/1970. O CARF tampouco é competente para decidir pela inconstitucionalidade de lei tributária. Inteligência da Súmula CARF nº 02.

**INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI. ANÁLISE  
ADMINISTRATIVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 2/CARF.**

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária.

**JUROS DE MORA. TAXA SELIC. APLICABILIDADE. SÚMULA  
4/CARF.**

A partir de 01/04/1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela RFB são devidos, no período de inadimplência, à taxa SELIC.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

(assinatura eletrônica)

WINDERLEY MORAIS PEREIRA - Presidente Substituto.

(assinatura eletrônica)

PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Winderley Moraes Pereira (Presidente), Paulo Roberto Duarte Moreira, Marcelo Giovani Vieira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Tatiana Josefovicz Belisário e Leonardo Vinicius Toledo de Andrade.

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário de fls. 346, em face da decisão proferida pela DRJ/PE de fls. 331, que manteve o lançamento de IPI, conforme Auto de Infração de fls 3 e Termo de Verificação Fiscal de fls 13.

Como de costume, transcreve-se o relatório desta decisão de primeira instância para a demonstração e acompanhamento dos fatos do presente procedimento administrativo:

*"Trata-se de Impugnação contra Auto de Infração do IPI lançado contra o estabelecimento filial, cujos valores foram lançados com juros de mora e multa de ofício de 75% (setenta e cinco por cento), totalizando R\$ 4.048.156,10.*

*A autuação deve-se à falta declaração em DCTF e de recolhimento de saldo devedor do Imposto escriturado (item do Auto de Infração) e de saldo devedor apurado pela fiscalização depois de reconstituída a escrita fiscal (infração 2).*

*Na Impugnação, tempestiva, a contribuinte, depois de transcrever a descrição contida no Auto de Infração, defende a exclusão do ICMS na base de cálculo do IPI.*

*No mais, contesta a taxa Selic aplicada como juros de mora, por considerá-la imprópria para tanto conforme jurisprudência e doutrina que menciona; trata da confissão de tributo em parcelamento (outro ponto que, assim como a exclusão do ICMS, apresenta-se dissociado da autuação); e alega que a multa de ofício é confiscatória.*

*Requer, ao final, seja apreciada a Impugnação, “decotando-se do auto de infração os valores em excesso, na forma das razões fáticas e legais deduzidas em linhas pretéritas.”*

*É o relatório."*

A decisão de primeira instância administrativa fiscal proferida pela DRJ/PE, foi publicada com a seguinte Ementa:

*"Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI*

*Período de apuração: 01/01/2007 a 31/12/2007, 01/08/2009 a 31/10/2009, 01/04/2010 a 31/08/2010*

*IPI. BASE DE CÁLCULO. INCLUSÃO DO ICMS.*

*O valor do ICMS integra a base de cálculo do IPI.*

***EVASÃO. MULTA DE OFÍCIO. LEGALIDADE.***

*A falta de recolhimento do tributo e a ausência de declaração dos débitos à administração tributária autorizam o lançamento de ofício, acrescido da multa e dos juros de mora respectivos, aplicados em conjunto e nos percentuais fixados na legislação.*

***JUROS DE MORA. SELIC. LEGALIDADE.***

*Nos termos do art. 161, § 1º, do CTN, apenas se a lei não dispuser de modo diverso os juros serão calculados à taxa de 1% ao mês, sendo legítimo o emprego da taxa SELIC, nos termos da legislação vigente.*

*Assunto: Processo Administrativo Fiscal*

*Período de apuração: 01/01/2007 a 31/12/2007, 01/08/2009 a 31/10/2009, 01/04/2010 a 31/08/2010*

***ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO JUDICIÁRIO.***

*Arguições de inconstitucionalidade ou ilegalidade constituem matéria de competência exclusiva do Poder Judiciário, não sendo utilizadas como fundamento em decisões deste Processo Administrativo Fiscal.*

*Impugnação Improcedente.*

*Crédito Tributário Mantido."*

O processo digitalizado foi distribuído e encaminhado a este Conselheiro, em forma regimental.

Relatório proferido.

**Voto**

Conselheiro Relator – Pedro Rinaldi de Oliveira Lima.

Conforme o Direito Tributário, a legislação, os fatos, as provas, os documentos e petições apresentados aos autos deste procedimento administrativo e, no exercício dos trabalhos e atribuições profissionais concedidas aos Conselheiros, conforme Portaria de condução e Regimento Interno, apresenta-se este voto.

Por conter matéria preventa desta 3.<sup>a</sup> Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e presentes os requisitos de admissibilidade, o tempestivo Recurso Voluntário deve ser conhecido.

Conforme Auto de Infração de IPI de fls. 3 e Termo de Verificação Fiscal de fls. 13, o contribuinte deixou de declarar e pegar o IPI, assim como escriturou, de forma indevida, créditos de IPI na aquisição de insumos não tributados, sem destaque nas notas fiscais de compras dos insumos.

Durante a fiscalização o contribuinte mencionou que os créditos estariam amparados por decisão judicial, mas ao analisar os autos, conforme a fiscalização menciona, há uma decisão do TRF1, de fls 273, que não ampara o crédito, ao contrário, veda esta possibilidade, conforme trecho transscrito a seguir:

EMENTA
<b>PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IPI. AQUISIÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA, PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS E MATERIAL DE EMBALAGEM ISENTOS, NÃO TRIBUTADOS OU TRIBUTADOS COM ALÍQUOTA REDUZIDA A ZERO. CREDITAMENTO. PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE.</b>
1. De acordo com a nova orientação do STF, não é possível a compensação de tributos com o aproveitamento de créditos de IPI, oriundos da aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem sujeitos à alíquota zero, isentos ou não tributados, uma vez que a Constituição Federal não dá direito a crédito se não for pago imposto na compra dos insumos sujeitos a esses regimes tributários.
2. Apelação da Fazenda Nacional e remessa oficial providas.
ACÓRDÃO
Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento ao apelo da Fazenda Nacional e à remessa oficial.

Considerado esse fato importante, é igualmente revelador constatar que o contribuinte não contestou nenhuma das infrações descritas no lançamento, apenas solicitou que o ICMS fosse excluído da base de cálculo do IPI na apuração, solicitou o cancelamento da multa e a não aplicação dos juros.

Ainda que a presente lide administrativa fiscal não tenha sido alterada com o Recurso Voluntário apresentado, porque não contestou o lançamento, é importante observar que não é possível excluir a parcela do ICMS da base de cálculo do IPI, por ausência de amparo legal.

Este é o sentido do Parecer Normativo CST nº 39/1970, transcrito parcialmente a seguir:

*"IPI. CÁLCULO DO IMPOSTO. VALOR TRIBUTÁVEL.*

*É o preço da operação de que decorrer o fato gerador, excluídas tão somente as parcelas expressamente autorizadas na lei; o ICM, como "parte integrante" desse preço (DL nº 406, de 1968, art. 2º, § 7º), se inclui, consequentemente, no valor tributável do IPI.*

*(...) Logo, se por disposição expressa de lei o montante do ICM integra o valor ou o preço da operação, se o valor tributável do IPI é o "preço da operação"; se somente podem ser excluídas desse preço as parcelas expressamente enunciadas na lei (e aí não consta a relativa ao ICM), é evidente que também sobre essa última parcela, integrante do preço, há de incidir o IPI."*

Esta situação não foge da limitação imposta à análise da constitucionalidade da legislação correlata, conforme inteligência da Súmula CARF nº 02.

Dessa forma, o lançamento deve ser integralmente mantido, com multas e juros, visto que as infrações foram descritas e fundamentadas, assim como as multas e os juros. Não há qualquer erro insanável no lançamento que possa comprometer a cobrança.

Quanto à multa de ofício lançada, reflete exatamente o patamar legalmente determinado (75%), que não pode ser afastado em nome da razoabilidade, proporcionalidade ou não confiscatóriedade, conforme a Súmula no 2 deste tribunal.

A partir de 01/04/1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela RFB são devidos, no período de inadimplência, à taxa SELIC, conforme Súmula n.º 4 deste Conselho.

Por todo o exposto, vota-se para que seja NEGADO PROVIMENTO ao Recurso Voluntário.

Voto proferido.

(assinatura digital)

Conselheiro Relator – Pedro Rinaldi de Oliveira Lima